

ARTICLE



REVISTA
COLETA CIENTÍFICA

Letramento racial e tecnologias digitais: possibilidades pedagógicas na educação básica

Racial literacy and digital technologies: pedagogical possibilities in basic education

Naiara Cristina de Souza Garajau

 <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

E-mail: naiaragarajau5@gmail.com

Elany Cássia Pereira Miranda Alves

 <https://orcid.org/0009-0005-6778-7754>

E-mail: elany.alves@discente.ufma.br

Sandra Regina Gomes Trindade

 <https://orcid.org/0009-0002-0033-0299>

E-mail: sandra.reginapedag@gmail.com



Informações da publicação

ARK: [24285/RCC.v10i19.216](https://doi.org/10.24285/RCC.v10i19.216)

ISSN: 2763-6496

Palavras-chave:

Antirracismo.

Educação inclusiva.

Formação docente.

Práticas pedagógicas.

Tecnologias educacionais.

Keywords:

Anti-racism.

Inclusive education.

Teacher education.

Pedagogical practices.

Educational technologies.

Resumo

O racismo estrutural corresponde a um processo histórico e social que organiza e perpetua desigualdades raciais nas instituições e nas práticas educativas, manifestando-se na Educação Básica por meio da marginalização de saberes negros e da naturalização das desigualdades escolares. Diante desse cenário, o letramento racial emerge como abordagem pedagógica central para o enfrentamento do racismo, especialmente quando articulado ao uso crítico das tecnologias digitais. Este estudo tem como intuito analisar as possibilidades pedagógicas da articulação entre letramento racial e tecnologias digitais na Educação Básica. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, de abordagem qualitativa, realizada em dezembro de 2025, a partir de buscas nas bases SciELO, Portal de Periódicos da CAPES, ERIC e bases governamentais brasileiras. Utilizaram-se descritores relacionados ao letramento racial, educação antirracista, tecnologias digitais, educação básica e formação docente. Ao final do processo de seleção, foram incluídos 19 estudos, sendo 14 artigos científicos e 5 documentos normativos e periódicos internacionais indexados. As evidências indicam que práticas pedagógicas que articulam letramento racial e tecnologias digitais favorecem o protagonismo discente, a valorização das identidades negras, a leitura crítica dos discursos raciais presentes nos ambientes digitais e a integração entre diferentes letramentos, apesar do potencial pedagógico dessas práticas, sua efetivação ainda é limitada pela inserção fragmentada das políticas educacionais, pela formação docente insuficiente e pelo uso predominantemente instrumental das tecnologias. Pode-se inferir que a articulação entre letramento racial e tecnologias digitais constitui um campo pedagógico promissor para o enfrentamento do racismo estrutural, desde que sustentada por intencionalidade pedagógica, formação continuada e integração curricular.

Abstract

Structural racism corresponds to a historical and social process that organizes and perpetuates racial inequalities within institutions and educational practices, manifesting in Basic Education through the marginalization of Black knowledge and the naturalization of school inequalities. In this context, racial literacy emerges as a central pedagogical approach for confronting racism, especially when articulated with the critical use of digital technologies. This study aims to analyze the pedagogical possibilities of integrating racial literacy and digital technologies in Basic Education. It is an integrative literature review with a qualitative approach, conducted in December 2025, based on searches in the SciELO database, CAPES Periodicals Portal, ERIC, and Brazilian governmental databases. Descriptors related to racial literacy, anti-racist education, digital technologies, basic education, and teacher education were used. At the end of the selection process, 19 studies were included, comprising 14 scientific articles, 5 normative documents, and international indexed journals. The evidence indicates that pedagogical practices that integrate racial literacy and digital technologies promote student protagonism, value Black identities, foster critical reading of racial discourses in digital environments, and integrate different literacies. Despite the pedagogical potential of these practices, their implementation remains limited due to the fragmented incorporation of educational policies, insufficient teacher training, and predominantly instrumental use of technologies. It can be inferred that the integration of racial literacy and digital technologies constitutes a promising pedagogical field for confronting structural racism, provided it is supported by pedagogical intentionality, continuous teacher training, and curricular integration.

1. Introdução

O racismo estrutural refere-se a um sistema histórico e social no qual as desigualdades raciais são produzidas e reproduzidas de forma contínua, independentemente de intenções individuais, estando inscritas nas instituições, nas normas sociais, no currículo escolar e nas práticas educativas. O termo tem origem nos estudos críticos sobre raça e desigualdade, sendo amplamente difundido no Brasil a partir das contribuições do pensamento negro e de abordagens decoloniais, que evidenciam como o racismo organiza as relações sociais desde o período colonial, estruturando oportunidades, acessos e formas de reconhecimento (Gomes, 2021).

Na Educação, o racismo estrutural expressa-se por meio da marginalização das histórias, culturas e epistemologias negras e indígenas, bem como pela reprodução de estereótipos raciais e pela naturalização das desigualdades que atravessam o acesso, a permanência e o desempenho escolar. Diante desse cenário, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou um avanço ao instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, configurando-se como um marco no enfrentamento do racismo no currículo escolar (Brasil, 2003).

Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou esse marco legal ao incluir o ensino da história e cultura dos povos indígenas, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial (Brasil, 2008). Esse processo foi fortalecido pelas Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais, que orientam a construção de ações educativas voltadas à equidade e à justiça social no ambiente escolar (Brasil, 2004).

O letramento racial é uma abordagem pedagógica fundamental para o enfrentamento do racismo estrutural na escola, ao possibilitar a leitura crítica das relações raciais, dos discursos sociais e das práticas institucionais que sustentam desigualdades. Trata-se de um processo formativo que busca desenvolver, em estudantes

e professores, a capacidade de reconhecer e problematizar o racismo em suas múltiplas manifestações, contribuindo para a construção de uma educação antirracista (Tynes; Stewart; Hamilton, 2021). Paralelamente, a ampliação do uso das tecnologias digitais na educação básica tem provocado transformações nos processos de ensino e aprendizagem. A Política nacional de educação digital destaca o papel estratégico das tecnologias educacionais na formação crítica dos estudantes, desde que utilizadas de forma pedagógica, ética e inclusiva (Brasil, 2023).

A articulação entre letramento racial e tecnologias digitais pode fortalecer práticas pedagógicas antirracistas, ao favorecer o protagonismo discente, a valorização das identidades negras e a integração entre diferentes formas de letramento no cotidiano escolar (Bello; Struchiner, 2025).

Diante desse contexto, este trabalho tem como intuito analisar as possibilidades pedagógicas da articulação entre letramento racial e tecnologias digitais na educação básica, discutindo de que forma essas práticas podem contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural e para a promoção de uma educação antirracista, crítica e inclusiva.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, de abordagem qualitativa e natureza exploratória-descritiva, realizada em dezembro de 2025. Esse tipo de revisão permite a sistematização, a análise crítica e a síntese do conhecimento produzido sobre determinada temática, possibilitando a compreensão ampliada dos fenômenos investigados, conforme proposto por Gil (2019). A escolha dessa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de analisar produções científicas e documentos normativos que discutem o letramento racial articulado às tecnologias digitais no contexto da Educação Básica.

2.1 Busca nas bases de dados, estratégias e critérios de inclusão

As buscas foram realizadas nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, *Education Resources Information Center* (ERIC), bases governamentais brasileiras e periódicos internacionais indexados. Para a identificação dos estudos, utilizaram-se descritores (DeCS/MESH), em português: (letramento racial), (educação antirracista), (tecnologias digitais), (educação básica), (formação docente); e, em inglês: (*racial literacy*), (*anti-racist education*), (*digital technologies*), (*basic education*) e (*teacher education*). Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, conforme as especificidades de cada base de dados.

Foram incluídos artigos científicos completos, publicados entre 2020 e 2025, disponíveis na íntegra, bem como documentos governamentais relacionados às políticas educacionais e às diretrizes para a promoção da educação antirracista e do uso pedagógico das tecnologias digitais. Excluíram-se revisões narrativas, estudos duplicados e produções que não apresentavam aderência ao objetivo proposto.

2.2 Seleção e amostra dos estudos

A busca inicial resultou na identificação de um conjunto ampliado de produções acadêmicas. Após a leitura dos títulos e resumos, realizou-se a triagem dos estudos, considerando os critérios de inclusão previamente estabelecidos. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados.

Ao final do processo, foram selecionados 19 estudos que compuseram a amostra final da pesquisa, sendo 14 artigos científicos e 5 documentos governamentais. Esses materiais apresentaram aderência temática ao letramento racial, às tecnologias digitais e

às práticas pedagógicas no âmbito da Educação Básica, constituindo o corpus de análise do estudo.

2.3 Técnicas de análise

A análise do material selecionado foi conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme a proposta metodológica de Bardin (2016). Inicialmente, realizou-se uma leitura flutuante dos textos, com o objetivo de familiarização com o corpus e identificação de ideias recorrentes. Por fim, os dados foram interpretados de forma crítica e articulados ao referencial teórico adotado, possibilitando a compreensão das potencialidades pedagógicas da articulação entre letramento racial e tecnologias digitais na Educação Básica, bem como dos desafios presentes na implementação de práticas educativas antirracistas mediadas por tecnologias.

3. Resultados

Os dezenove estudos selecionados demonstram que a articulação entre letramento racial e tecnologias digitais na Educação Básica tem sido compreendida como uma estratégia pedagógica relevante para o enfrentamento do racismo estrutural no contexto escolar. A utilização de literatura infantil com protagonismo negro, mediada por recursos digitais, apresenta impacto significativo na desconstrução de estereótipos raciais desde os anos iniciais da escolarização. A análise de sequências didáticas evidencia que essas práticas favorecem processos de identificação positiva, ampliam o repertório cultural dos estudantes e fortalecem abordagens pedagógicas alinhadas à educação antirracista (Barbosa; Rostas, 2025).

A produção de conteúdos digitais pelos estudantes, especialmente por meio de videocasts e materiais multimodais, possibilita a integração entre letramento racial, científico e digital. Essas práticas ampliam o protagonismo discente e favorecem a construção de discursos críticos sobre raça, ciência e tecnologia no ambiente escolar (Bello; Struchiner, 2025).

No Ensino Fundamental, o uso pedagógico das tecnologias digitais contribui para práticas antirracistas nos processos de alfabetização e letramento. As experiências analisadas demonstram que a mediação tecnológica, quando orientada por princípios inclusivos, favorece abordagens contextualizadas e dialógicas, promovendo a valorização das experiências socioculturais dos estudantes negros (Santos *et al.*, 2025).

Degand (2020) demonstrou que estudantes universitários, ao participar de atividades de alfabetização midiática crítica, foram capazes de identificar estereótipos raciais em conteúdos digitais e refletir sobre como a mídia reforça desigualdades sociais. Yosso (2020) mostrou que a alfabetização midiática crítica racial permite compreender de forma aprofundada como discursos midiáticos reproduzem padrões de exclusão, ampliando a percepção dos estudantes sobre representações injustas e desigualdades estruturais.

Wetzel *et al.* (2021) evidenciaram que programas de *coaching* para professores em formação aumentam a segurança teórica e prática desses profissionais para abordar questões raciais em sala de aula, promovendo estratégias pedagógicas que integram raciocínio crítico e tecnologias digitais. Lauwo (2025) revelou que exercícios de reflexão sobre trajetórias pessoais e autobiografias de letramento ajudam professores em formação a reconhecer e questionar práticas escolares hegemônicas e racistas, fortalecendo abordagens pedagógicas inclusivas.

Daly *et al.* (2023) analisaram estudantes do ensino fundamental e observaram uma evolução do discurso inicial evasivo ou superficial sobre raça para um discurso mais

crítico e articulado, quando mediado por práticas pedagógicas estruturadas e discussões guiadas sobre diversidade racial. No campo da educação midiática, o uso crítico de mídias digitais e de literatura negra favorece o desenvolvimento de competências para a leitura dos discursos raciais presentes nos ambientes digitais. No ensino de línguas, essas práticas possibilitam reflexões sobre linguagem, identidade e poder, ampliando a compreensão dos estudantes acerca das desigualdades raciais (Geisler; Galarça, 2025).

Entretanto, a análise dos materiais didáticos evidencia fragilidades persistentes na abordagem das relações étnico-raciais. A inserção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 ocorre de forma fragmentada, o que compromete a efetividade das práticas pedagógicas antirracistas e limita a articulação com o uso das tecnologias digitais (Boiago *et al.*, 2025).

No que se refere à formação docente, os resultados apontam que a ausência de processos formativos contínuos dificulta a consolidação do letramento racial articulado às tecnologias digitais. Professores demonstram sensibilidade à temática, mas relatam insegurança teórica e metodológica para desenvolver práticas sistemáticas e integradas ao currículo escolar (Silva *et al.*, 2025).

As Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais reforçam a necessidade de práticas permanentes e transversais no currículo escolar. Os resultados indicam que, quando essas orientações não são incorporadas de forma estruturante, o uso das tecnologias digitais tende a ocorrer de maneira pontual, sem impacto significativo na promoção da equidade racial (Brasil, 2009).

Por fim, experiências desenvolvidas fora do contexto escolar formal demonstram que plataformas digitais podem atuar como espaços pedagógicos relevantes para o letramento racial. Essas iniciativas ampliam o acesso a conteúdos críticos e favorecem a construção coletiva de saberes antirracistas, fortalecendo ações educativas alinhadas às políticas de equidade racial (Duarte, 2025).

4. Discussão

Os estudos analisados convergem ao reconhecer o letramento racial como um eixo indispensável para o enfrentamento do racismo estrutural na Educação Básica, especialmente quando articulado a práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais. Esta convergência sustenta a compreensão de que o racismo não se limita a atitudes individuais, mas está inscrito nas estruturas curriculares, nos materiais didáticos e nas formas de mediação pedagógica, como aponta Gomes (2021). Nesse sentido, o letramento racial emerge não apenas como conteúdo, mas como prática formativa contínua, capaz de reorientar o olhar crítico de estudantes e professores sobre as desigualdades raciais.

As pesquisas que abordam o uso de literatura com protagonismo negro, como a de Barbosa e Rostas (2025), aprofundam essa discussão ao demonstrar que a presença de narrativas negras no ambiente escolar contribui para a ressignificação das identidades e para a desconstrução de estereótipos racializados. Esses achados dialogam com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que defendem a valorização das histórias e culturas afro-brasileiras como princípio estruturante do currículo (Brasil, 2004). Entretanto, os estudos indicam que essa inserção ainda ocorre de forma pontual, o que limita seu potencial transformador.

Ao tratar da produção de conteúdos digitais pelos estudantes, Bello e Struchiner (2025) acrescentam uma dimensão relevante ao debate ao evidenciar que o uso ativo das tecnologias possibilita a articulação entre diferentes letramentos, ampliando o protagonismo discente e favorecendo a construção de discursos críticos sobre raça,

ciência e tecnologia. Esse aspecto amplia os achados de Santos *et al.* (2025), que enfatizam o papel das tecnologias digitais nos processos de alfabetização e letramento, sobretudo quando associadas a práticas pedagógicas contextualizadas e dialógicas. Enquanto Santos *et al.* (2025) focalizam os anos iniciais, Bello e Struchiner (2025) aprofundam a discussão ao evidenciar a potencialidade das tecnologias na produção autoral e na reflexão crítica, indicando uma progressão possível ao longo da escolarização.

No campo da educação midiática, Geisler e Galarça (2025) contribuem ao destacar que a leitura crítica das mídias digitais possibilita problematizar discursos raciais presentes nos ambientes virtuais, ampliando a compreensão sobre linguagem, identidade e poder. Esse enfoque dialoga com Tynes, Stewart e Hamilton (2021), que defendem a necessidade de desenvolver competências de letramento racial digital para que estudantes possam identificar e enfrentar o racismo nos espaços online. Embora ambos os estudos reconheçam o potencial crítico das mídias, Tynes *et al.* (2021) enfatizam a dimensão formativa das habilidades digitais, enquanto Geisler e Galarça (2025) aprofundam a mediação pedagógica no contexto das aulas de línguas.

Por outro lado, a análise dos materiais didáticos realizada por Boiago *et al.* (2025) evidencia divergências entre o que é preconizado pelas políticas educacionais e o que efetivamente se materializa nas práticas escolares. A inserção fragmentada das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 revela a persistência de uma abordagem superficial das relações étnico-raciais, o que compromete a consolidação de práticas antirracistas integradas ao uso das tecnologias digitais. Essa fragilidade reforça as críticas apresentadas por Silva *et al.* (2025), que apontam a ausência de políticas formativas contínuas como um dos principais entraves à efetivação da educação antirracista no Brasil.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2009) acrescenta um elemento central ao debate ao destacar a necessidade de transversalidade e continuidade das ações pedagógicas. Os estudos analisados indicam que, quando essas diretrizes não são incorporadas como eixo estruturante do currículo, as tecnologias digitais tendem a ser utilizadas de forma instrumental, sem articulação com uma proposta pedagógica comprometida com a equidade racial.

A Política Nacional de Educação Digital (Brasil, 2023) amplia essa discussão ao defender o uso ético, crítico e inclusivo das tecnologias educacionais. No entanto, os resultados analisados demonstram que a simples inserção de recursos tecnológicos não garante práticas antirracistas, sendo necessária uma intencionalidade pedagógica alinhada ao letramento racial. Essa lacuna é parcialmente suprida pelas experiências analisadas por Duarte (2025), que evidencia o potencial de plataformas digitais e espaços não formais como ambientes pedagógicos para a construção coletiva de saberes antirracistas, ampliando o acesso a conteúdos críticos e fortalecendo ações educativas voltadas à justiça racial.

Os estudos analisados convergem ao indicar que o letramento racial mediado por tecnologias digitais favorece a reflexão crítica sobre desigualdades raciais e a valorização das identidades negras. Degand (2020) evidencia a importância da alfabetização midiática para identificar discursos raciais online, enquanto Yosso (2020) reforça a urgência de práticas antirracistas, ampliando a dimensão ética do letramento.

Wetzel *et al.* (2021) mostram que a formação docente é essencial para implementar essas práticas, complementando a perspectiva de Lauwo (2025), que destaca como reflexões sobre branquitude podem transformar a prática pedagógica. Daly *et al.* (2023) acrescenta a perspectiva dos estudantes do Ensino Fundamental, mostrando

que a produção e análise de discursos sobre raça fortalece habilidades críticas desde os anos iniciais. As divergências entre os estudos estão na estratégia central: alguns focam na alfabetização midiática, outros na formação docente e outros no engajamento direto dos estudantes, sugerindo que a integração dessas abordagens potencializa práticas pedagógicas antirracistas mais eficazes e contínuas.

5. Conclusão

O racismo estrutural permanece como um elemento organizador das desigualdades educacionais, manifestando-se de forma contínua nos currículos, nos materiais didáticos, nas práticas pedagógicas e nas dinâmicas institucionais da escola. Sua persistência evidencia que o enfrentamento do racismo na Educação Básica exige ações pedagógicas sistemáticas, capazes de problematizar as relações étnico-raciais para além de abordagens pontuais ou comemorativas.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo analisar as possibilidades pedagógicas da articulação entre letramento racial e tecnologias digitais na Educação Básica, discutindo de que forma essas práticas podem contribuir para o enfrentamento do racismo estrutural e para a promoção de uma educação antirracista, crítica e inclusiva. A análise das produções científicas e dos documentos normativos evidencia que essa articulação constitui um campo pedagógico potente, sobretudo quando orientada por intencionalidade formativa, criticidade e compromisso com a valorização das identidades negras.

O letramento racial, mediado por tecnologias digitais, amplia o protagonismo discente, favorece a leitura crítica dos discursos raciais presentes nos ambientes escolares e digitais e possibilita a construção de práticas educativas mais inclusivas e emancipatórias. As tecnologias, nesse contexto, assumem o papel de mediadoras de processos formativos que potencializam a produção de conhecimento, a expressão identitária e a problematização das desigualdades raciais.

De forma geral, os estudos dialogam ao indicar que o letramento racial, quando articulado às tecnologias digitais, pode potencializar práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e emancipadoras. As divergências concentram-se menos nos objetivos e mais nas condições de implementação, especialmente no que se refere à formação docente, à organização curricular e à apropriação pedagógica das políticas públicas. Assim, os trabalhos se complementam ao evidenciar que a efetividade dessas práticas depende da integração entre políticas educacionais, formação continuada e uso crítico das tecnologias no cotidiano escolar.

No que se refere às limitações, destaca-se que o letramento racial articulado às tecnologias digitais ainda não se encontra plenamente consolidado como eixo estruturante do currículo da Educação Básica. Persistem desafios vinculados à compreensão conceitual do letramento racial, à superação de práticas fragmentadas e à utilização das tecnologias de forma crítica, e não meramente instrumental. Ademais, as desigualdades de acesso às tecnologias e as assimetrias nos processos formativos dos docentes configuram obstáculos estruturais à efetivação dessas práticas.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras avancem em estudos empíricos sobre a implementação do letramento racial em diferentes etapas da Educação Básica, considerando contextos socioculturais diversos. Recomenda-se, ainda, a ampliação de investigações sobre processos de formação docente inicial e continuada voltados à educação antirracista mediada por tecnologias digitais, bem como estudos que analisem o papel dos ambientes digitais e dos espaços não formais na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial.



Por fim, reafirma-se que a consolidação de práticas educativas antirracistas, articuladas ao uso das tecnologias digitais, demanda compromisso político-pedagógico, continuidade das ações e integração entre currículo, formação docente e políticas públicas, como condição fundamental para a construção de uma educação democrática, inclusiva e socialmente justa.

DECLARAÇÕES

Contribuições dos autores

Todos os autores contribuíram de forma substancial para a concepção e o desenvolvimento do estudo, a coleta, a análise ou a interpretação dos dados e a elaboração ou revisão crítica do manuscrito. Todos os autores aprovaram a versão final e concordaram em assumir responsabilidade por todos os aspectos do trabalho.

Financiamento

Os autores declaram que esta pesquisa não recebeu financiamento específico de agências de fomento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

Conflito de interesses

Os autores declaram não possuir conflitos de interesses de natureza financeira, pessoal, institucional ou de qualquer outra natureza que possam ter influenciado o desenvolvimento ou os resultados deste estudo.

Disponibilidade de dados

Os dados que fundamentam os resultados deste estudo estão disponíveis mediante solicitação razoável ao autor correspondente, respeitadas as limitações éticas, legais e de confidencialidade aplicáveis.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial generativa

Os autores declaram que não utilizaram ferramentas de inteligência artificial generativa na elaboração, análise, interpretação ou redação deste manuscrito.

Referências

- Barbosa, A. B., & Rostas, M. H. S. G. (2022). Children's literature with black protagonism: An analysis of teaching sequences for an anti-racist education. *Research, Society and Development*, 11(14), e335111436420. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i14.36420>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bello, V. S., & Struchiner, M. (2025). Articulando os letramentos científico, racial e digital na produção de videocasts por alunos do Ensino Fundamental II. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 25, e60180, 1–34. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2025u939972>
- Brasil. (2003). *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm
- Brasil. (2004). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Ministério da Educação. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
- Brasil. (2009). *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Ministério da Educação. https://www.gov.br/mec/pt-br/media/etnico_racial/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf
- Brasil. (2023). *Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023: Institui a Política Nacional de Educação Digital*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14533.htm
- Daly, A. (2023). Talking about race and racism: The developing discourse practices of elementary students. *Linguistics and Education*, 77, Article 101225. <https://doi.org/10.1016/j.linged.2023.101225>
- Degand, D. (2020). Introducing critical race media literacy in an undergraduate education course about technology and arts-based inquiry. *International Journal of Multicultural Education*, 22(3), 96–117. <https://doi.org/10.18251/ijme.v22i3.2461>
- Geisler, M. C., & Galarça, S. L. da S. (2025). Educação antirracista e educação midiática: Cruzamentos possíveis com mídia e literatura negra nas aulas de Língua Inglesa. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, 8(2), 480–495. <https://doi.org/10.36704/sdhe.v8i2.9607>
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Gomes, N. L. (2021). O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. *Revista de Filosofia Aurora*, 33(59), 435–454. <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS06>
- Lauwo, M. S. (2025). Reconceptualizing literacy and disrupting Whiteness: Multiliteracies autobiographies in teacher education. *Linguistics and Education*, 85, Article 101378. <https://doi.org/10.1016/j.linged.2024.101378>